

PERMANÊNCIA NA PRECARIIDADE E NO TRABALHO DECENTE: UM MODELO MULTIESTADO PARA AS TRANSIÇÕES SEGUNDO A QUALIDADE DA OCUPAÇÃO PARA O BRASIL METROPOLITANO (2003-2007)*

Raquel Rangel de Meireles Guimarães**
Moema Gonçalves Bueno Fígoli***
Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira****

A noção de trabalho decente foi pioneiramente introduzida no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na 87ª Conferência Internacional do Trabalho em 1999 (OIT, 1999). Na ocasião, as autoridades da OIT expressaram uma séria preocupação com a promoção de oportunidades de trabalho decente e produtivo para homens e mulheres, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana.

De uma maneira geral, a definição de trabalho decente inclui seis dimensões. A dimensão da *oportunidade* preconiza que todos aqueles que gostariam de trabalhar devem ser capazes de encontrar trabalho. Portanto, insuficiências na demanda por trabalho (em decorrência de crises, recessões econômicas ou reestruturação produtiva) podem promover a deterioração do trabalho decente. A dimensão da *liberdade*, por sua vez, ressalta que o trabalho deve ser de livre escolha, e que certas formas de trabalho não devem ser aceitas, tais como o trabalho escravo e o infantil. Ainda, deve ser livre a associação e organização sindical pelos trabalhadores. A dimensão do *trabalho produtivo* é de fundamental importância na garantia da subsistência dos trabalhadores e de suas famílias, e na promoção do desenvolvimento econômico local. A dimensão da *equidade no trabalho* ressalta que não deve haver nenhuma forma de discriminação no acesso ao trabalho ou na possibilidade de conciliação entre vida laboral e familiar do trabalhador. Na dimensão da *segurança no trabalho* está compreendido o acesso à proteção social do trabalhador no caso de adversidades relacionadas ao trabalho. Por fim, a dimensão da *dignidade* postula que os trabalhadores devem ser tratados com respeito no ambiente de trabalho e ter voz ativa nas decisões sobre suas condições de trabalho (ANKER *et al.*, 2002).

* Versão resumida do trabalho intitulado *Permanência na precariedade e no trabalho decente: um modelo multiestado para as transições segundo a qualidade da ocupação para o Brasil Metropolitano (2003-2007)*, apresentado pelas autoras no XIV Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em maio de 2010 em Diamantina (MG).

** Doutoranda em demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG).

*** Professora e pesquisadora do Cedeplar/UFMG.

**** Professora e pesquisadora do Cedeplar/UFMG.

Argumenta-se que a promoção do trabalho decente tende a garantir que os frutos do crescimento econômico se traduzam em melhoria do bem-estar social. Em outras palavras, se uma maior parcela da população está alocada em postos de trabalho decente, isto pode se refletir em um posterior incremento no desenvolvimento social e econômico. A visão da OIT, portanto, é a de que nos países nos quais prevalecem altos níveis de trabalho decente há de fato uma melhor apropriação pela população dos benefícios da globalização econômica (GHAI, 2002).

Por ser um conceito multifacetado, a mensuração e análise do trabalho decente é uma tarefa bastante complexa. Embora algumas de suas dimensões conceituais sejam aceitas em qualquer sociedade e país, outros aspectos dependem de padrões culturais e institucionais. Neste sentido, se por um lado é consensual a ideia de que o maior número possível de pessoas deveria ser remunerado de forma justa e trabalhar em condições aceitáveis, por outro lado o valor estipulado do que seria um *salário justo* ou as *condições ótimas de trabalho* diferem conforme a sociedade (ANKER *et al.*, 2002).

Pode-se afirmar que a preocupação para a promoção do trabalho decente reside fundamentalmente na busca pela melhoria da situação laboral dos pobres e vulneráveis. Assim, há uma relação implícita entre pobreza e ausência de trabalho decente. Análises estatísticas temporais que forneçam conclusões substantivas sobre progresso em direção ao trabalho decente são indicadores importantes para subsidiar e avaliar a implementação de políticas sociais direcionadas à população desfavorecida (GHAI, 2002).

No Brasil, a discussão em torno do trabalho decente é bastante apropriada, uma vez que as transformações estruturais no mundo do trabalho, especialmente ao longo da década de 1990, tenderam a potencializar os efeitos perversos da precariedade. Observa-se que a geração de postos de trabalho foi insuficiente, mesmo com o menor crescimento da população economicamente ativa, o que pode ter contribuído para o aumento da informalidade. Ao mesmo tempo, o gasto público na área social aumentou de maneira generalizada na década de 1990, tanto em valores absolutos quanto em relação ao total dos gastos públicos, em parte para atuar sobre as dificuldades causadas pelo lento crescimento econômico e pelas transformações do mercado de trabalho (POCHMANN, 2006).

Neste estudo, avalia-se em que medida as políticas econômicas e sociais favoráveis implementadas no Brasil implicaram redução do tempo de permanência dos trabalhadores em postos de trabalho precários nas regiões metropolitanas (RMs) de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre. Para tanto, utilizam-se os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE) dos anos de 2003 a 2007 e a metodologia das tábuas de vida multiestado.

Do ponto de vista operacional, utilizam-se a primeira e a quinta entrevista dos indivíduos na PME para verificarem-se as transições anuais entre ocupações precárias e não precárias e entre o desemprego e a inatividade. Adota-se o pressuposto de que não houve transições no período compreendido entre a primeira e a quinta entrevista (ou seja, no intervalo de um ano-calendário). Todas as estimações realizadas neste trabalho se basearam no desenho amostral da PME. Esta opção permitiu obterem-se os totais populacionais em cada RM e levar-se em consideração, no cálculo das proporções, a amostragem complexa da pesquisa.

Um desafio importante deste estudo foi construir a tipologia de trabalho decente. Discutiu-se anteriormente que a construção de um indicador que sistematize todas as dimensões do trabalho decente não é uma tarefa simples, uma vez que algumas de suas características não podem ser identificadas por meio das pesquisas domiciliares. Diante disto, optou-se neste estudo por definir as ocupações precárias, priorizando-se as dimensões da

renda, da jornada de trabalho e da formalização do trabalhador. Assim, aqueles trabalhadores que não estavam inseridos em ocupações precárias, que não estavam desempregados e não eram inativos na semana da entrevista da PME foram considerados empregados em postos de trabalho decente. Foram considerados trabalhadores precários aqueles cujas características ocupacionais os enquadram em uma das seguintes classificações:

- trabalhadores sub-remunerados segundo a tipologia da PME, que considera a proporcionalidade entre o rendimento habitualmente recebido no mês de referência e horas habitualmente trabalhadas na semana de referência em todos os trabalhos;
- trabalhadores por conta própria, não contribuintes de sistema de previdência e com rendimento mensal inferior a dois salários mínimos; e
- trabalhadores empregados sem carteira assinada, não contribuintes de sistema previdenciário e com rendimento mensal inferior a dois salários mínimos.

Para estimar-se o tempo de permanência do trabalhador em ocupações precárias e decentes, e em situação de desemprego e inatividade, utilizaram-se as tabelas de vida multiestado ou tábuas de incremento e decréscimo. Este instrumental permite avaliar o padrão de incrementos e decréscimos em uma população bem definida, na qual seus membros podem se mover entre estados transitórios e absorventes (NAMBOODIRI e SUCHINDRAN, 1987). As tabelas multiestado são uma extensão da metodologia da tábua de vida ordinária, na qual são possíveis múltiplas transições entre os estados, e estas transições são expressas em termos de probabilidades de transição entre os estados que levam em consideração as probabilidades de morte a cada idade.

Outro pressuposto deste estudo é que a mortalidade é não diferencial por *status* no mercado de trabalho (desemprego ou inatividade) e por qualidade da ocupação. Este pode ser um pressuposto bastante forte. São significativas as dificuldades enfrentadas pelos estudos que buscam analisar os diferenciais de mortalidade por *status* no mercado de trabalho: em primeiro lugar, porque nem sempre a ocupação na data do óbito é reportada nos registros, ou mesmo é coletada corretamente (ENTERLINE e MCKIEVER, 1963); em segundo lugar, porque a ocupação está altamente correlacionada com a renda e educação do indivíduo, o que dificulta a estimação dos efeitos causais da influência do *status* ocupacional sobre a mortalidade (RUZICKA *et al.*, 1995). No caso brasileiro, não foram encontrados exercícios que estimassem a mortalidade diferencial por ocupação, embora haja evidências da existência de um diferencial socioeconômico na mortalidade, especialmente conforme o grau de escolaridade (PÉREZ e TURRA, 2008). Diante desta dificuldade de obterem-se medidas robustas do diferencial de mortalidade por ocupação, optou-se por simplificar a análise e considerar que a mortalidade é neutra por *status* ocupacional.

Supõe-se ainda que a tábua de mortalidade do Brasil representa bem o comportamento da mortalidade nas seis regiões metropolitanas de análise (Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife). Uma vez que neste estudo calculam-se as transições anuais no período de 2003 a 2007, utilizam-se as tábuas de vida estimadas pelo Centro Latino-Americano e Caribenhos de Demografia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Celade/Cepal) para os quinquênios 2000-2005 e 2005-2010, a fim de obterem-se as probabilidades de sobrevivência (CEPAL, 2001).

A figura 1 apresenta o tempo médio de permanência em cada um dos estados: trabalho decente, trabalho precário, desemprego e inatividade. Esta esperança de vida corresponderia ao tempo médio a ser vivido em uma ocupação precária por um indivíduo que iniciou sua trajetória no mercado de trabalho aos 15 anos. Pode-se perceber pela figura que o tempo médio de permanência na precariedade declinou ao longo do período analisado (de aproximadamente

15 anos para 10 anos), da mesma forma que parece não haver diferencial na permanência conforme o sexo. No caso da permanência no trabalho decente, parece de fato haver um diferencial entre homens e mulheres, com o tempo a ser vivido pelos homens superando o das mulheres em todos os pontos no tempo. Todavia, este diferencial tendeu a se reduzir até 2006, e depois se elevou novamente em 2007, porque os homens experimentaram um aumento no tempo médio de permanência no trabalho decente, enquanto as mulheres experimentaram um declínio. Em geral, as esperanças de vida no trabalho decente mostram que houve melhora após 2003, estabilidade entre 2004 e 2006, e melhora para os homens e piora para as mulheres em 2007. Com relação ao tempo médio de permanência no desemprego, percebe-se que ele manteve-se relativamente estável ao longo do período analisado, e que praticamente não há diferencial entre homens e mulheres. Por fim, o tempo médio de permanência na inatividade é sempre maior para as mulheres do que para os homens, com um diferencial de aproximadamente 15 anos. Este fato poderia ser explicado por pelo menos três fatores: permanência por mais tempo das mulheres na escola; afastamento para o cuidado dos filhos; e maior longevidade das mulheres.

A figura 2 mostra os resultados das estimações das probabilidades descondicionalizadas de permanência no trabalho precário e no trabalho decente, a partir dos 15 anos de idade, por sexo, e sua evolução entre 2003 e 2007. Uma análise de nível das curvas revela que a probabilidade de permanência na precariedade tende a ser mais estável ao longo das idades que a probabilidade de permanência no trabalho decente. Neste caso, os diferenciais por sexo não parecem ser tão marcantes para as probabilidades descondicionalizadas de permanência na precariedade. Para ambos os sexos houve uma redução de nível nas curvas. Em termos das probabilidades de permanência no trabalho decente, ao longo do tempo houve também uma redução para todas as idades e para ambos os sexos. Contudo, ao longo do tempo os diferenciais entre as probabilidades entre homens e mulheres se elevaram, ficando as probabilidades dos homens sempre superiores às das mulheres.

A garantia de ocupações decentes a todos os trabalhadores foi um compromisso assumido pelo governo brasileiro documentado através da Agenda Nacional do Trabalho Decente (BRASIL, 2009). Contudo, num país no qual prevalecem ao longo da história muitas desigualdades (sociais, de renda, de acesso, de oportunidades), muito ainda há que ser feito de forma a garantir que todos tenham acesso ao trabalho decente e possam permanecer neste emprego o maior tempo possível.

As evidências deste trabalho apontam que as recentes políticas de emprego no Brasil conseguiram se traduzir em uma redução do tempo de permanência na precariedade e em uma relativa estabilidade no tempo de permanência no trabalho decente. Um resultado preocupante é a acentuação nos diferenciais por sexo em 2007 na esperança de vida no trabalho decente. No que diz respeito às probabilidades de transição que levam em consideração a mortalidade de cada grupo etário, os diferenciais por sexo não parecem ser tão marcantes para as probabilidades de permanência na precariedade. Para ambos os sexos, houve uma redução nestas probabilidades a cada idade, o que é, de certa forma, uma boa notícia. Em termos das probabilidades de permanência no trabalho decente, ao longo do tempo houve também uma redução para todas as idades e para ambos os sexos. Todavia, os diferenciais entre as probabilidades de homens e mulheres se elevaram. Esta evidência reforça a necessidade de políticas no mercado de trabalho que possam fortalecer a permanência das mulheres em postos de trabalho decentes.

Fica a lição de que, para fortalecer-se o tempo médio de permanência no trabalho decente, é necessário, de certa forma, que se fortaleça o vínculo entre as políticas de emprego e o crescimento econômico. O Brasil certamente possui um potencial de crescimento econômico que deve ser aproveitado, além, é claro, de uma população que necessita que os frutos deste crescimento representem melhorias na sua vida laboral e no seu bem-estar.

FIGURA 1

Tempo médio de permanência em cada *status* a partir dos 15 anos de idade por sexo: Brasil metropolitano (2003 a 2007)

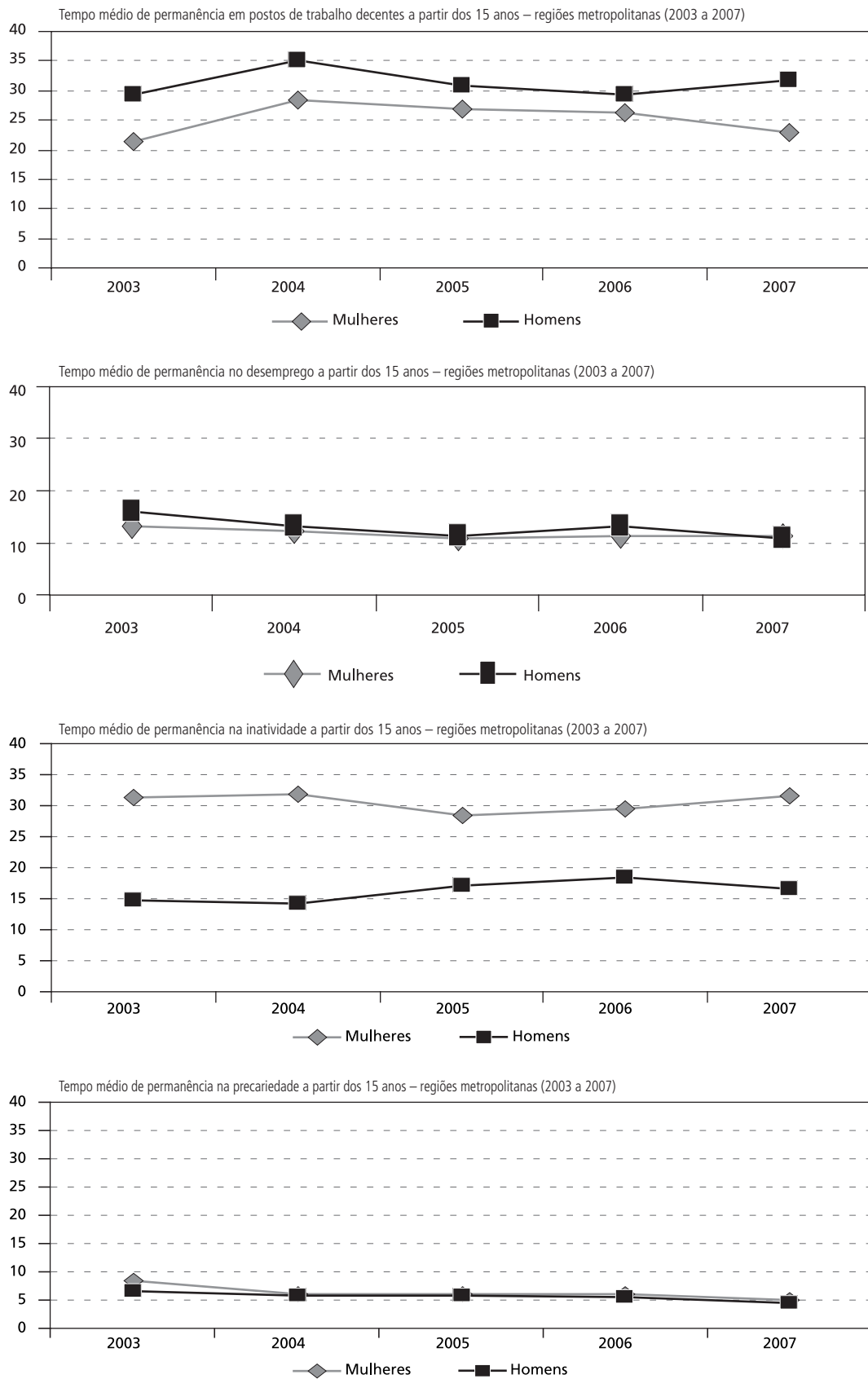
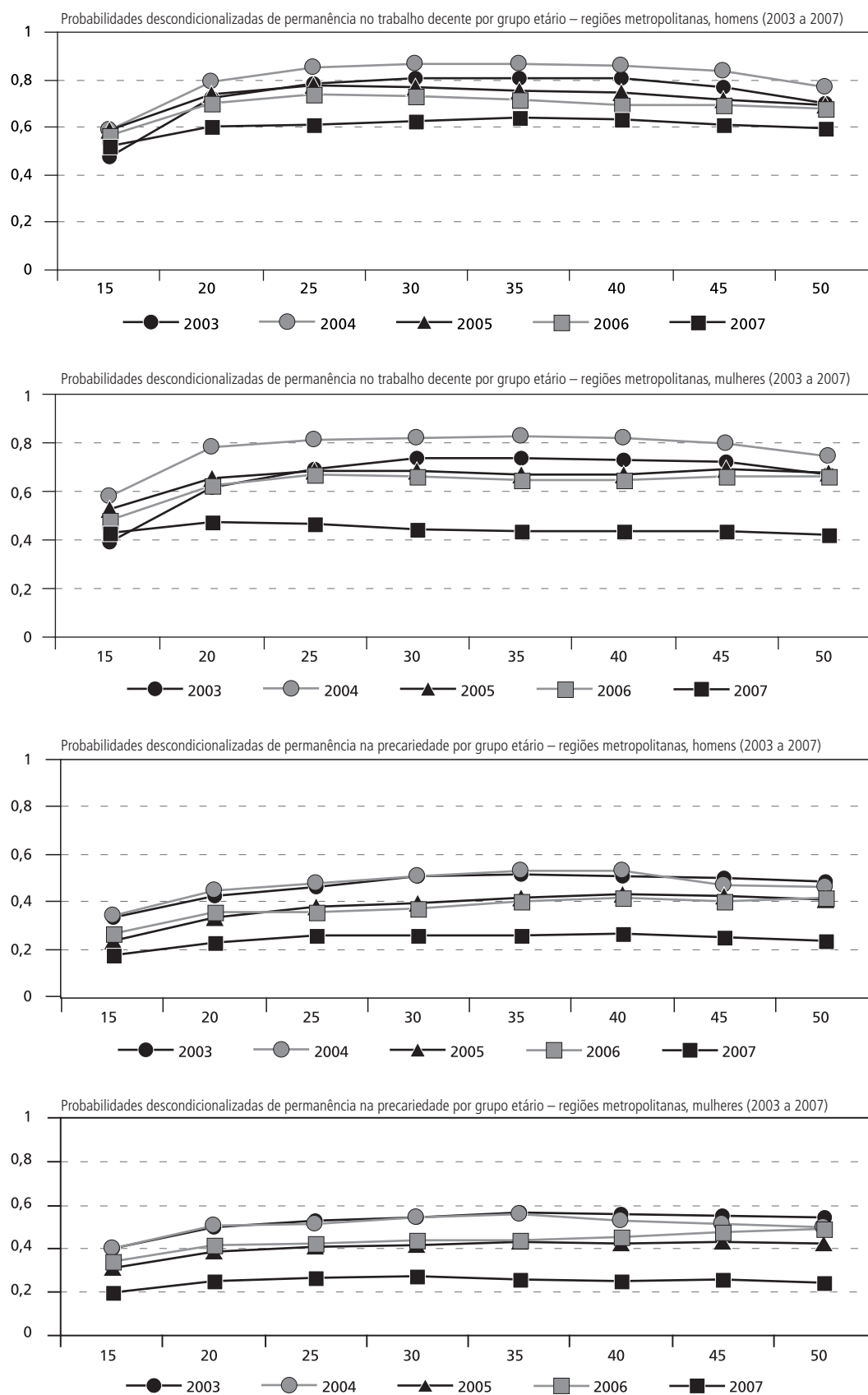


FIGURA 2

Probabilidades descondicionalizadas de permanência na precariedade e no trabalho decente a partir dos 15 anos de idade por sexo: Brasil metropolitano (2003 a 2007)



Fonte: PME 2003-2007.

REFERÊNCIAS

- ANKER, R.; CHERNYSHEV, I.; EGGER, P.; MEHRAN, F.; RITTER, J. **Measuring decent work with statistical indicators**. Technical Report 2, International Labour Office, Geneva, 2002.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Nacional do Trabalho Decente – PNTD**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em: 01 de Setembro de 2009.
- CEPAL. **América Latina**: tablas de mortalidad: 1950-2050. CELADE, Boletín Demográfico, (67), 2001.
- ENTERLINE, P. E.; MCKIEVER, M. F. B. A. Differential mortality from lung cancer by occupation. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, 5(6):283–290, 1963.
- GHAI, D. **Decent work**: concepts, models and indicators. Technical Report 139, International Labour Office, Geneva, 2002.
- NAMBOODIRI, K.; SUCHINDRAN, C. M. **Life table techniques and their applications**. Studies in Population, Academic Press, 1987.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Decent work**: report of the director general. 87th International Labour Conference, 1999.
- PÉREZ, E. R.; TURRA, C. M. Desigualdade social na mortalidade no Brasil: diferenciais por escolaridade entre mulheres adultas. *In*: **Anais do XVI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. 2008
- POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. *In*: ANTUNES, R. (Editor). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, p. 59-73, 2006.
- RUZICKA, L.; WUNSCH, G.; KANE, P. **Differential mortality**: methodological issues and biosocial factors. Oxford University Press, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ROGERS, A. **Multiregional demography**: principles, methods and extensions. Wiley, 1995.

